Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

A População do Campo na Educação Básica: o uso de acervos de guarda para a construção de materiais didáticos

The rural population in basic education: the use of guard collections for the construction of teaching materials

Adriana Mastrangelo Ebecken

Resumo
Este trabalho buscou analisar o uso de documentos de acervos de guarda para a construção de materiais didáticos para a Educação Básica. Parte da análise de que a população do campo segue invisibilizada nas salas de aula, principalmente sob a perspectiva do seu protagonismo nas lutas e reivindicações sociais, e entende a importância desses atores sociais na construção e desenvolvimento do processo histórico brasileiro e, por esse motivo, a urgência em trazê-los para a compreensão do público discente da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação no Campo. História dos Movimentos Sociais no Campo. Materiais Didáticos. Fontes Documentais.

Abstract
This article seeks to reflect on how it is possible to use documents from guard collections for the construction of teaching materials for basic education. It starts from the analysis that the rural population remains invisible in the classrooms, mainly from the perspective of protagonism in their social struggles and demands. It understands the importance of these social actors in the construction and development of the Brazilian historical process and, thus, the urgency of bringing them to the understanding of the basic education student public.

Keywords: Basic Education. Education in the Countryside. History of Social Movements in the Countryside. Teaching Materials. Documentary Sources.

Submissão:
07 jul. 2022

Aceite:
21 set. 2023

Publicação:
24 nov. 2023

Citação sugerida
EBECKEN, Adriana. A População do Campo na Educação Básica: o uso de acervos de guarda para a construção de materiais didáticos. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-25, e023011, jan./dez. 2023.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Introdução

Este artigo debate a contribuição que os acervos de guarda de documentos podem possibilitar para o desenvolvimento de materiais didáticos na área de Ciências Humanas na Educação Básica. Ou seja, entendendo que estes documentos foram construídos por atores sociais dentro de processos históricos específicos, é possível trazer recortes sócio-históricos para dentro da sala de aula que até então se encontram com visibilidade negativa no ensino escolar. Assim, é possível que se tornem instrumentos de construção de um conhecimento histórico escolar a partir de sujeitos antes desconhecidos ou pouco conhecidos pelo corpo discente.

As reflexões aqui desenvolvidas constituem parte de uma pesquisa de mestrado que buscou questionar a invisibilidade da população do campo no ensino de História na Educação Básica e, ao mesmo tempo, construir um material didático para professores da Educação Básica. Nesse contexto, procurou demonstrar a necessidade de levar essa documentação para além das gavetas e da consulta acadêmica, a fim de retratar sujeitos sociais até então ausentes em diretrizes curriculares e nos materiais didáticos usuais. O Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ) foi um dos acervos de guarda consultados ao longo do processo de pesquisa que resultou nesta investigação, e será aqui retratado no intuito de contribuir na celebração de seus 25 anos de existência.

As considerações propostas dialogam com o que Araújo (2013) traz ao colocar que a possibilidade de construção de uma outra história é pensada a partir do momento em que se compreende que as tradições curriculares no campo de ensino de História trazem relações de colonialidade expressas por meio de marcas de modernidade. Em diálogo com a historiografia e a pesquisa acadêmica, a historiografia escolar pode caminhar criticamente na direção de romper com uma perspectiva etnocêntrica da História. A disciplinarização da História se relacionou com a redução da multiplicidade de mundos e de tempos operada pela razão ocidental. A colonialidade, entendida como um padrão de poder que surge como resultado do colonialismo moderno e que não está limitado a ele, se estabelece também nas formas de trabalho, de autoridade, de relações sociais que se articulam entre si e de conhecimento.

Visibilidades negativas – a ausência da população do campo na Educação Básica

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento curricular desenvolvido pelo Ministério da Educação para toda a Educação Básica, prevista no artigo 210 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996). A BNCC tem como elemento positivo gerar um debate sobre a necessidade ou não de um currículo nacional e quais os conhecimentos a serem desenvolvidos a partir dela, no

entanto, é nesse sentido também que diz respeito às questões relacionadas ao conhecimento/poder, pois legitima certos conhecimentos em detrimento de outros. A intenção neste artigo é contribuir para que seja possível pensar caminhos com o intuito de retirar a população do campo da visibilidade negativa na educação escolar, compreendendo que o currículo pressupõe processos de constituição de hegemonias, que ocorrem no âmbito da produção, distribuição e consumo do conhecimento histórico escolar, e que esses relacionam-se com as disputas pelo estabelecimento da verdade e do que deve ser ensinado (Ralejo et al., 2021). A maneira como o passado é confrontado repercute na temporalidade histórica e cria formas específicas de se justificar o presente.

Assim, o currículo como espaço de disputa reproduz os conflitos no interior da sociedade em que é produzido, bem como as violências, de forma simbólica, ao não trazer para o conhecimento escolar a formação social de grupos subalternizados e suas histórias de vida. A disciplina História surge, na Europa, no século XIX, com um papel na definição das fronteiras identitárias relacionadas ao pertencimento de uma cultura comum para a construção e consolidação dos Estados nacionais (Gabriel, 2020, p. 288). No Brasil, sua criação ocorre pela dupla criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Colégio Pedro II, em 1838. É nesse contexto que se considera que o ensino de História do Brasil segue invisibilizando os sujeitos do campo desde a sua constituição, uma vez que esta, no Brasil, ao ser marcada pela subalternidade e por uma estrutura fundiária concentrada e excludente, demonstra uma rachadura na noção de um Estado-nação democrático, consolidado a partir da afirmação de uma unidade. Apesar de os atores sociais e políticos do campo terem se tornado objetos de pesquisas acadêmicas, a lógica da sua invisibilidade segue presente na Educação Básica. Entende-se que o currículo é um campo de criação simbólica e cultural, permeado por conflitos e contradições, com diferentes instâncias de realizações: currículo formal, currículo real, currículo oculto (Monteiro, 2007, p. 82), e que, a partir disso, é necessário questionar essa invisibilidade e buscar meios de romper com ela.

A BNCC, como diretriz curricular brasileira mais recente, aponta diversos aspectos que dão respaldo à importância em trazer a história da população do campo brasileiro para dentro do ensino de História. São competências específicas da disciplina de História para o Ensino Fundamental:

> 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
> 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações (Brasil, 2018, p 402).

Tal competência de área, inclusive, denota a importância em destacar a relação sujeito/trabalho e toda a sua rede de relações sociais (Brasil, 2018, p.

556-557). Entretanto, analisando os dois textos, o primeiro referente à BNCC do Ensino Fundamental e o segundo referente à BNCC do Ensino Médio, entendido enquanto documento norteador do currículo, percebemos a ausência da população do campo, mesmo em termos e conceitos que a retratem nas suas relações sujeito/trabalho possíveis, ainda que, interpretativamente, haja a possibilidade de trabalhar com suas histórias a partir de conteúdos diversos. Para o Ensino Fundamental, por exemplo, a menção aos camponeses, especificamente, aparece somente no conteúdo final do 9o ano em:

> Objetos de conhecimento: A questão da violência contra populações marginalizadas; Habilidades: (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas (Brasil, 2018, p. 430-431, grifo do autor).

Pereira e Rodrigues (2018) afirmam que a nova BNCC retoma a ênfase na lista de conteúdos, relatando objetivos clássicos do ensino de História. Neste sentido, incute a indispensabilidade de tais conteúdos, ao mesmo tempo que não os problematiza. Para esses autores, a aula de História foi esvaziada do seu potencial crítico em relação às identidades dominantes/tradicionais e do seu papel de construção/reconstrução da memória, pois, apesar de incluírem tópicos alusivos às histórias de negros e indígenas, não denunciam as marcas de sua invisibilidade e silenciamento, muito menos aquelas que atingem movimentos como o dos quilombolas, por exemplo.

No entanto, compreende-se que sendo o currículo um espaço de disputa, a sala de aula também traz os reflexos desses confrontos, visto que, como colocam Ralejo et al. (2021), o ensino de História é um "lugar de fronteira", ou seja, remete às relações entre as concepções de currículo, de conhecimento histórico escolar, de produção e distribuição desse conhecimento e dos saberes docentes e discentes. Pensar e elaborar possibilidades de visibilizar a população do campo, assim como fazer um movimento recorrente de tornar público a necessidade de visibilizá-los, é compreender que:

> Essa concepção de ensino de História [como lugar de fronteira] nos indica que há possibilidades de criar brechas e apostar nas diferenças, na diversidade sociocultural e étnica, promover a inclusão discursiva de sujeitos e identidades silenciados e negados ao longo do processo de escolarização (Ralejo et al., 2021, p. 4).

Narrativas de resistência – a necessidade de trazer esses sujeitos para dentro da Educação Básica

Entende-se que a origem da estrutura camponesa no Brasil esteve nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes (Stédile, 2011, p. 24-26). A tal afirmativa acrescenta-se a colocação de Schwartz (2001) de que, no Brasil, a produção de roceiros e escravos, ou seja, a agricultura de subsistência e a de exportação, estiveram correlacionadas. O autor explica que a classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, como aconteceu nos casos europeus, trata-se de uma classe rural resultante da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem da economia escravista e cresceu em importância ao seu lado. Desse modo, coloca-se a relevância de rompermos com um ensino de História do Brasil com um enfoque determinante em uma história econômica ou sob o olhar das relações político-administrativas como ocorre principalmente no retrato inicial do Brasil colonial e imperial.

> A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativeiro, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativeiro da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, a formação das lutas camponesas (Fernandes, 2000, p. 25).

Ainda que, a partir de 1960 e 1970, tenha sido constatado o início de um processo de inversão em relação ao perfil da população brasileira quanto aos seus percentuais na relação campo/cidade, em decorrência do desenvolvimento de uma modernização conservadora da agricultura que impulsiona o desenvolvimento da empresa rural e expropria/expulsa do campo parte da sua mão de obra trabalhadora, quando se debruça o olhar para o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), pode-se entender um pouco esse Brasil rural. Por mais que 15% da população brasileira representem o campo, trata-se de 15,1 milhões de pessoas em atividades no estabelecimento agropecuário. São 351 milhões de hectares de terra no Brasil, dos quais cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares. Em contrapartida, 2% possuem de 500 a 10.000 hectares e menos de 1% possui área maior do que 10.000 hectares de terra. Esses dados são demonstrativos de uma concentração fundiária brasileira que tem seu germe no início da ocupação do território pelos europeus e que segue reproduzindo diferenças e injustiças sociais.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2017) traz como definição de agricultura familiar, por exemplo, aquela em que a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Nesse sentido, os dados levantados para o Censo de 2017 demonstraram que 77% dos estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar – cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos, que ocupam 80,9 milhões de hectares ou 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Esses dados ilustram de que maneira a maior parte da população rural é caracterizada como agricultura familiar, mas que não chega a ocupar metade dos estabelecimentos agropecuários existentes.

Moacir Palmeira (1989) pontua que se, em 1940, a população do campo perfazia 70% da população brasileira, já em 1980 ela passa a se referir somente a 30% desta. No entanto, o antropólogo explicita que foram as migrações internas que permitiram o crescimento urbano no Brasil e apresenta, neste sentido, as estimativas do IBGE de que, em 1970, de 30 milhões de migrantes, 21 milhões se dirigiram para as áreas urbanas. Dessa forma, se há o entendimento de que a constituição da população rural brasileira está no início do processo de construção do país a partir da colonização portuguesa, então, é compreensível que a história da população do campo, suas lutas por melhores condições de vida, seja pela constituição de movimentos sociais no campo, seja pelo fluxo migratório em direção aos centros urbanos, diz respeito à História do Brasil e à formação da estrutura social brasileira. Ou seja, precisa estar representada no ensino da História do Brasil.

Além disso, apesar desta discussão ter o foco no ensino de História, a reflexão sobre a entrada desses atores sociais e suas trajetórias de luta pode ser ampliada também para as disciplinas de Sociologia e de Geografia, quando se pensa sobre a ocupação do território brasileiro e a relação entre sujeitos e sujeitos e natureza. Nesse contexto, dialoga-se com as temáticas identitárias que vêm ganhando força, pois a história da população do campo no Brasil dá conta de abarcar não apenas as questões vinculadas à classe, mas também a identidades plurais. Gabriel (2020) coloca que, a partir da década de 1990, as temáticas como "pluralismo cultural", "multiculturalismo", "identidades plurais" se tornaram objetos de debate nas políticas educacionais e pautaram propostas curriculares oficiais, bem como políticas de avaliação dos livros didáticos. Essas identidades plurais permeiam igualmente o campo.

Acervos de guarda como 'lugares de memória' e a possibilidade de seu uso didático na Educação Básica – o exemplo dos documentos do NMSPP

Fernanda Monteiro (2014) nos aponta como a memória, a partir da década de 1980, surgiu como uma questão central nas sociedades contemporâneas e preocupação política e cultural com a preservação e guarda do passado. Dialoga assim com Michael Pollack sobre a dicotomia memória e

esquecimento em que o presente é pensado sobre uma perda eminente, mas junto à ótica de um esquecimento forçado e da existência de memórias subterrâneas. Nesse sentido, quando se faz referência aos acervos de guarda, deve-se levar em consideração que esses servem não apenas como um instrumento de contenção do passado, mas também como lugar para o resgate e construção de memórias coletivas. Os acervos documentais podem ser compreendidos, portanto, a partir do conceito de "lugares de memória" (Nora, 1993), nos quais a memória se torna um valor, uma forma de poder.

O trabalho do NMSPP como espaço de resgate e preservação da memória social das lutas no campo teve início em 1997. Em 2003, consolidou-se como centro de documentação, reunindo ferramentas de diferentes suportes. O material pesquisado no NMSPP foi pensado para ser incorporado em cadernos didáticos que retratem sujeitos, associações e organizações representativas de diferentes segmentos de trabalhadores do campo. Trata-se de uma busca metodológica para o processo de ensino-aprendizagem que envolve o uso de fontes históricas como possibilidade de reconstituição do passado e aproximação ao presente – diverso – nas variadas experiências de vida. Compreende, assim, a multiplicidade dos sujeitos existente no campo brasileiro e as diversas lutas e reivindicações por melhores condições de vida.

O trabalho em sala de aula com fontes históricas pressupõe um planejamento que compreenda o público-alvo a que ele é direcionado. Bittencourt (2008) apresenta um esquema para o processo de análise e comentário de um documento: descrição (destacando as principais informações contidas); mobilização dos saberes e conhecimentos prévios dos alunos; esclarecimento do documento a partir das informações e saberes; posicionamento do documento em relação ao seu autor; identificação da natureza do documento; e a crítica deste, identificando limites e conexões possíveis. Assim, para além do conteúdo, o uso de fontes em sala de aula permite o desenvolvimento de diferentes habilidades no processo de ensino-aprendizagem.

Para a pesquisa de mestrado, foi necessário realizar uma seleção de cinco sujeitos para a construção do material didático, uma vez que precisou-se considerar os prazos de finalização do projeto. Foram então escolhidos a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), as Ligas Camponesas, Dona Rosa Geralda da Silveira (quilombola da Região Sudeste do Brasil), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Marcha das Margaridas. Neste artigo são apresentados alguns dos documentos selecionados dentro do acervo do NMSPP referentes a três desses sujeitos: Dona Rosa Geralda da Silveira, o MST e a Marcha das Margaridas.

Conjunto documental 1. Dona Rosa Geralda da Silveira

Nascida em 1929, Dona Rosa foi uma posseira, descendente da população escravizada da fazenda da Caveira, propriedade que pertencia ao complexo agrícola Campos Novos, dos padres jesuítas. A fazenda Campos Novos correspondia ao que é hoje a área que abrange o município de Armação dos Búzios e parte de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, situada entre os rios Una e São João, litoral da baía Formosa, Baixada Litorânea, no estado do Rio de Janeiro. A partir de sua história de vida, é possível trabalhar em sala de aula uma série de conceitos e processos históricos ocorridos desde o Brasil colônia.

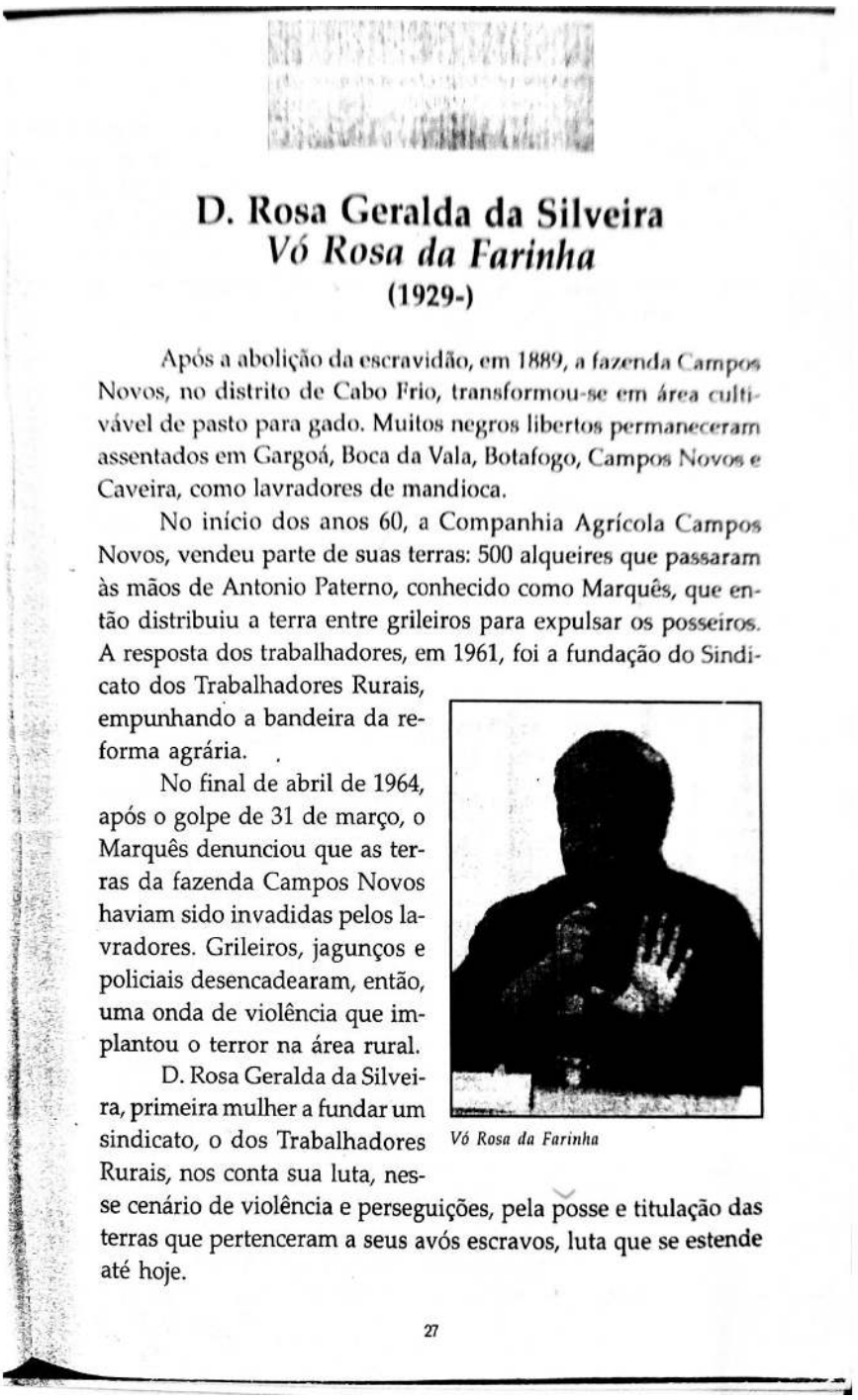
> Sob a direção dos jesuítas, o objetivo inicial da Fazenda Santo Ignácio dos Campos Novos era empregar e controlar os índios da região. Posteriormente, a fazenda passou a usar o trabalho de negros escravizados, tornando-se também um ponto de distribuição dos que chegavam da África em navios e desembarcavam em Armação dos Búzios. Essa terra se torna disponível com a expulsão dos padres jesuítas e, consequentemente, alvo também do interesse de grileiros. A fazenda principal foi desmembrada e passando a ter novas administrações. Após a abolição da escravatura, os recém-libertos continuaram morando nas terras dessas fazendas. Lá constituíram suas famílias e, em troca do direito do uso da terra, ofereciam trabalho nas plantações de fazendeiros (Peres, 2020).

Dona Rosa da Silveira ficou conhecida como a primeira mulher farinheira da região e liderança local atuando por intermédio do sindicato rural, no qual esteve presente durante a sua organização e fundação. Também foi a primeira mulher a ir vender seu produto diretamente na feira, sem passar pela figura do atravessador. Viveu a repressão no campo antes, durante e após a ditadura empresarial-militar. Sua história foi pensada para tratar em sala de aula de conceitos como: posseiros, grileiros, luta pela terra, terra devoluta, reforma agrária, diáspora, atravessador. Ao mesmo tempo, pode ser retratada em paralelo com períodos históricos diversos como: a atuação dos padres jesuítas no Brasil, colonialismo e escravidão, a Lei de Terras e a crise da mão de obra escravizada no Brasil, a diáspora africana, além de períodos históricos específicos em que viveu como a Era Vargas e a ditadura empresarial-militar. Apresentar a história de Dona Rosa permite ao aluno fazer associações mentais sempre que se deparar com discussões que envolvam a questão quilombola e a luta pela terra e seu direito de viver nela. Desse modo, a história dela transposta para o ensino de História fundamenta-se sob a ótica dos povos afrodescendentes, suas resistências, processos de etnogênese, rompendo com uma parcela das visibilidades negativas impostas à população do campo. Permite tirar do silêncio certas lutas do campo e reconstruir alguns de seus momentos, com o apoio nas discussões acerca da história dos povos afrodescendentes e indígenas.

As pastas consultadas para obter documentação acerca de sua história e da história da região foram: duas pastas referentes a entrevistas realizadas com Dona Rosa (MSPP/en.LST.trans.dr3; e MSPP/en.LST.cli.dr4) e uma pasta referente à documentação produzida pelo Incra relativa a sua atuação no estado do Rio de Janeiro, na qual foram localizados documentos acerca da destinação de remanescentes territoriais a projetos de colonização e reforma agrária (MSPP/epp.INCRA.pr.rj). Nesse contexto, é possível trazer também para a sala de aula uma compreensão sobre a multiplicidade das fontes históricas e a inserção dos alunos no ambiente de construção do saber histórico, uma vez que propicia o contato com a matéria-prima do ofício do historiador.

A seguir, alguns dos documentos selecionados para a construção de atividades para a Educação Básica:

Figura 1: *Clipping*: Entrevista veiculada em publicação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), por meio do Projeto Memória Viva[1] – Página 27. Pasta: MSPP/en.LST.cli.dr4



D. Rosa Geralda da Silveira
Vó Rosa da Farinha
(1929-)

Após a abolição da escravidão, em 1889, a fazenda Campos Novos, no distrito de Cabo Frio, transformou-se em área cultivável de pasto para gado. Muitos negros libertos permaneceram assentados em Gargoá, Boca da Vala, Botafogo, Campos Novos e Caveira, como lavradores de mandioca.

No início dos anos 60, a Companhia Agrícola Campos Novos, vendeu parte de suas terras: 500 alqueires que passaram às mãos de Antonio Paterno, conhecido como Marquês, que então distribuiu a terra entre grileiros para expulsar os posseiros. A resposta dos trabalhadores, em 1961, foi a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, empunhando a bandeira da reforma agrária.

Vó Rosa da Farinha

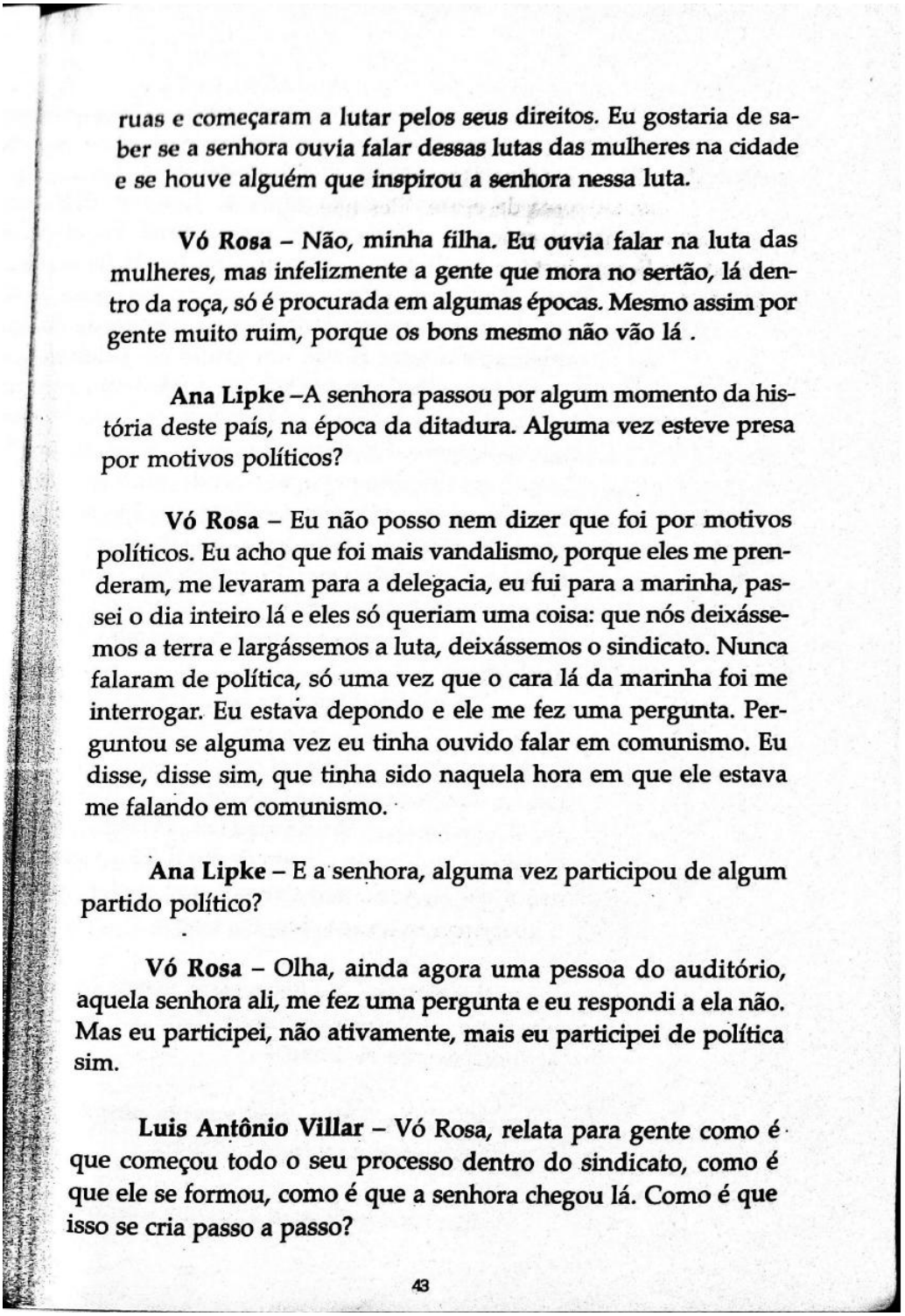
No final de abril de 1964, após o golpe de 31 de março, o Marquês denunciou que as terras da fazenda Campos Novos haviam sido invadidas pelos lavradores. Grileiros, jagunços e policiais desencadearam, então, uma onda de violência que implantou o terror na área rural.

D. Rosa Geralda da Silveira, primeira mulher a fundar um sindicato, o dos Trabalhadores Rurais, nos conta sua luta, nesse cenário de violência e perseguições, pela posse e titulação das terras que pertenceram a seus avós escravos, luta que se estende até hoje.

27

[1] Entrevista com Dona Rosa Geralda da Silveira veiculada em publicação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), por meio do Projeto Memória Viva. Disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Título da matéria: "A Negra Redentora – Dona Rosa Geralda da Silveira (Vó Rosa da Farinha)"

Figura 2. Trecho de entrevista veiculada em publicação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), por meio do Projeto Memória Viva – Página 43*. Pasta: MSPP/en.LST.cli.dr4



ruas e começaram a lutar pelos seus direitos. Eu gostaria de saber se a senhora ouvia falar dessas lutas das mulheres na cidade e se houve alguém que inspirou a senhora nessa luta.

Vó Rosa – Não, minha filha. Eu ouvia falar na luta das mulheres, mas infelizmente a gente que mora no sertão, lá dentro da roça, só é procurada em algumas épocas. Mesmo assim por gente muito ruim, porque os bons mesmo não vão lá .

Ana Lipke –A senhora passou por algum momento da história deste país, na época da ditadura. Alguma vez esteve presa por motivos políticos?

Vó Rosa – Eu não posso nem dizer que foi por motivos políticos. Eu acho que foi mais vandalismo, porque eles me prenderam, me levaram para a delegacia, eu fui para a marinha, passei o dia inteiro lá e eles só queriam uma coisa: que nós deixássemos a terra e largássemos a luta, deixássemos o sindicato. Nunca falaram de política, só uma vez que o cara lá da marinha foi me interrogar. Eu estava depondo e ele me fez uma pergunta. Perguntou se alguma vez eu tinha ouvido falar em comunismo. Eu disse, disse sim, que tinha sido naquela hora em que ele estava me falando em comunismo.

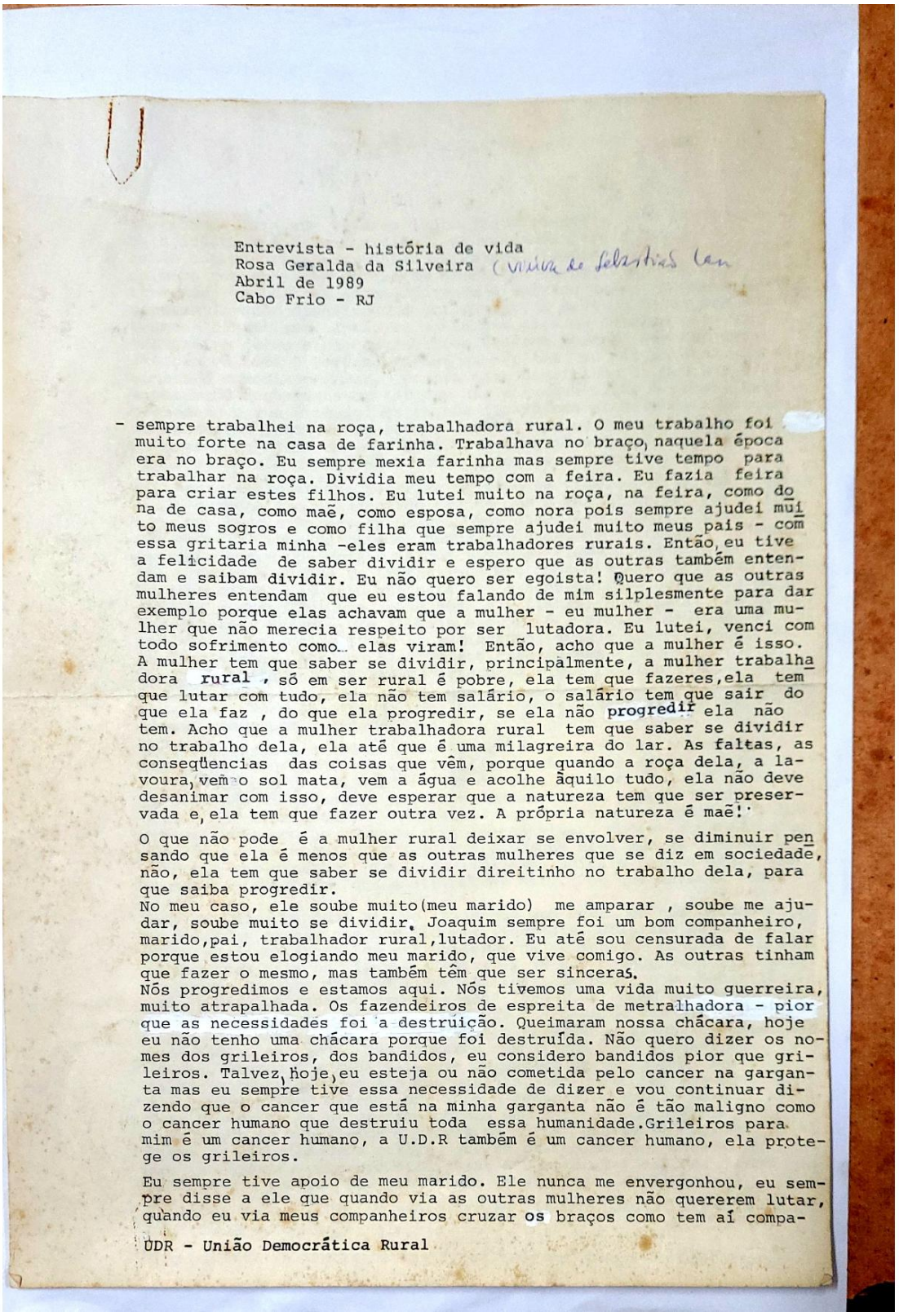
Ana Lipke – E a senhora, alguma vez participou de algum partido político?

Vó Rosa – Olha, ainda agora uma pessoa do auditório, aquela senhora ali, me fez uma pergunta e eu respondi a ela não. Mas eu participei, não ativamente, mais eu participei de política sim.

Luis Antônio Villar – Vó Rosa, relata para gente como é que começou todo o seu processo dentro do sindicato, como é que ele se formou, como é que a senhora chegou lá. Como é que isso se cria passo a passo?

43

Figura 3. Trecho de transcrição de entrevista presente no acervo. Pasta: MSPP/en LST.trans.dr3



Entrevista - história de vida
Rosa Geralda da Silveira (viúva de Sebastião Lan
Abril de 1989
Cabo Frio - RJ

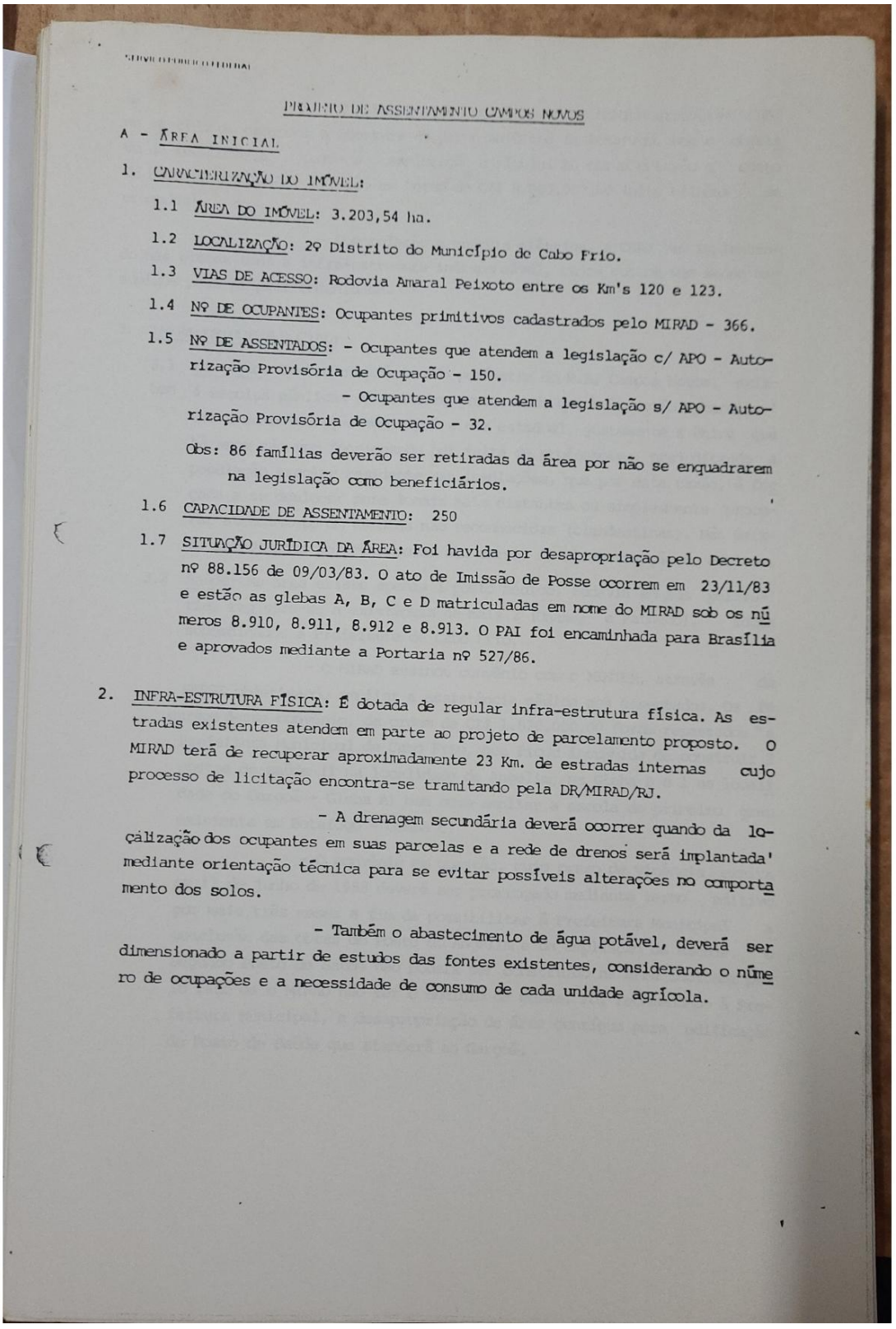
- sempre trabalhei na roça, trabalhadora rural. O meu trabalho foi muito forte na casa de farinha. Trabalhava no braço, naquela época era no braço. Eu sempre mexia farinha mas sempre tive tempo para trabalhar na roça. Dividia meu tempo com a feira. Eu fazia feira para criar estes filhos. Eu lutei muito na roça, na feira, como dona de casa, como mãe, como esposa, como nora pois sempre ajudei muito meus sogros e como filha que sempre ajudei muito meus pais - com essa gritaria minha -eles eram trabalhadores rurais. Então, eu tive a felicidade de saber dividir e espero que as outras também entendam e saibam dividir. Eu não quero ser egoista! Quero que as outras mulheres entendam que eu estou falando de mim silplesmente para dar exemplo porque elas achavam que a mulher - eu mulher - era uma mulher que não merecia respeito por ser lutadora. Eu lutei, venci com todo sofrimento como elas viram! Então, acho que a mulher é isso. A mulher tem que saber se dividir, principalmente, a mulher trabalhadora rural , só em ser rural é pobre, ela tem que fazeres,ela tem que lutar com tudo, ela não tem salário, o salário tem que sair do que ela faz , do que ela progredir, se ela não progredir ela não tem. Acho que a mulher trabalhadora rural tem que saber se dividir no trabalho dela, ela até que é uma milagreira do lar. As faltas, as conseqüencias das coisas que vêm, porque quando a roça dela, a lavoura, vem o sol mata, vem a água e acolhe àquilo tudo, ela não deve desanimar com isso, deve esperar que a natureza tem que ser preservada e, ela tem que fazer outra vez. A própria natureza é mãe!

O que não pode é a mulher rural deixar se envolver, se diminuir pensando que ela é menos que as outras mulheres que se diz em sociedade, não, ela tem que saber se dividir direitinho no trabalho dela, para que saiba progredir.
No meu caso, ele soube muito(meu marido) me amparar , soube me ajudar, soube muito se dividir. Joaquim sempre foi um bom companheiro, marido,pai, trabalhador rural,lutador. Eu até sou censurada de falar porque estou elogiando meu marido, que vive comigo. As outras tinham que fazer o mesmo, mas também têm que ser sinceras.
Nós progredimos e estamos aqui. Nós tivemos uma vida muito guerreira, muito atrapalhada. Os fazendeiros de espreita de metralhadora - pior que as necessidades foi a destruição. Queimaram nossa chácara, hoje eu não tenho uma chácara porque foi destruída. Não quero dizer os nomes dos grileiros, dos bandidos, eu considero bandidos pior que grileiros. Talvez, hoje, eu esteja ou não cometida pelo cancer na garganta mas eu sempre tive essa necessidade de dizer e vou continuar dizendo que o cancer que está na minha garganta não é tão maligno como o cancer humano que destruiu toda essa humanidade.Grileiros para mim é um cancer humano, a U.D.R também é um cancer humano, ela protege os grileiros.

Eu sempre tive apoio de meu marido. Ele nunca me envergonhou, eu sempre disse a ele que quando via as outras mulheres não quererem lutar, quando eu via meus companheiros cruzar os braços como tem aí compa-

UDR - União Democrática Rural

Figura 4. Documentação do Incra sobre projeto de assentamento em Campos Novos – Página 1. Pasta: MSPP/epp.INCRA.pr.rj



PROJETO DE ASSENTAMENTO CAMPOS NOVOS

A - ÁREA INICIAL

1. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:

1.1 ÁREA DO IMÓVEL: 3.203,54 ha.

1.2 LOCALIZAÇÃO: 2º Distrito do Município de Cabo Frio.

1.3 VIAS DE ACESSO: Rodovia Amaral Peixoto entre os Km's 120 e 123.

1.4 Nº DE OCUPANTES: Ocupantes primitivos cadastrados pelo MIRAD - 366.

1.5 Nº DE ASSENTADOS: - Ocupantes que atendem a legislação c/ APO - Autorização Provisória de Ocupação - 150.

- Ocupantes que atendem a legislação s/ APO - Autorização Provisória de Ocupação - 32.

Obs: 86 famílias deverão ser retiradas da área por não se enquadrarem na legislação como beneficiários.

1.6 CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO: 250

1.7 SITUAÇÃO JURÍDICA DA ÁREA: Foi havida por desapropriação pelo Decreto nº 88.156 de 09/03/83. O ato de Imissão de Posse ocorrem em 23/11/83 e estão as glebas A, B, C e D matriculadas em nome do MIRAD sob os números 8.910, 8.911, 8.912 e 8.913. O PAI foi encaminhada para Brasília e aprovados mediante a Portaria nº 527/86.

2. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA: É dotada de regular infra-estrutura física. As estradas existentes atendem em parte ao projeto de parcelamento proposto. O MIRAD terá de recuperar aproximadamente 23 Km. de estradas internas cujo processo de licitação encontra-se tramitando pela DR/MIRAD/RJ.

- A drenagem secundária deverá ocorrer quando da localização dos ocupantes em suas parcelas e a rede de drenos será implantada' mediante orientação técnica para se evitar possíveis alterações no comportamento dos solos.

- Também o abastecimento de água potável, deverá ser dimensionado a partir de estudos das fontes existentes, considerando o número de ocupações e a necessidade de consumo de cada unidade agrícola.

Conjunto Documental 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

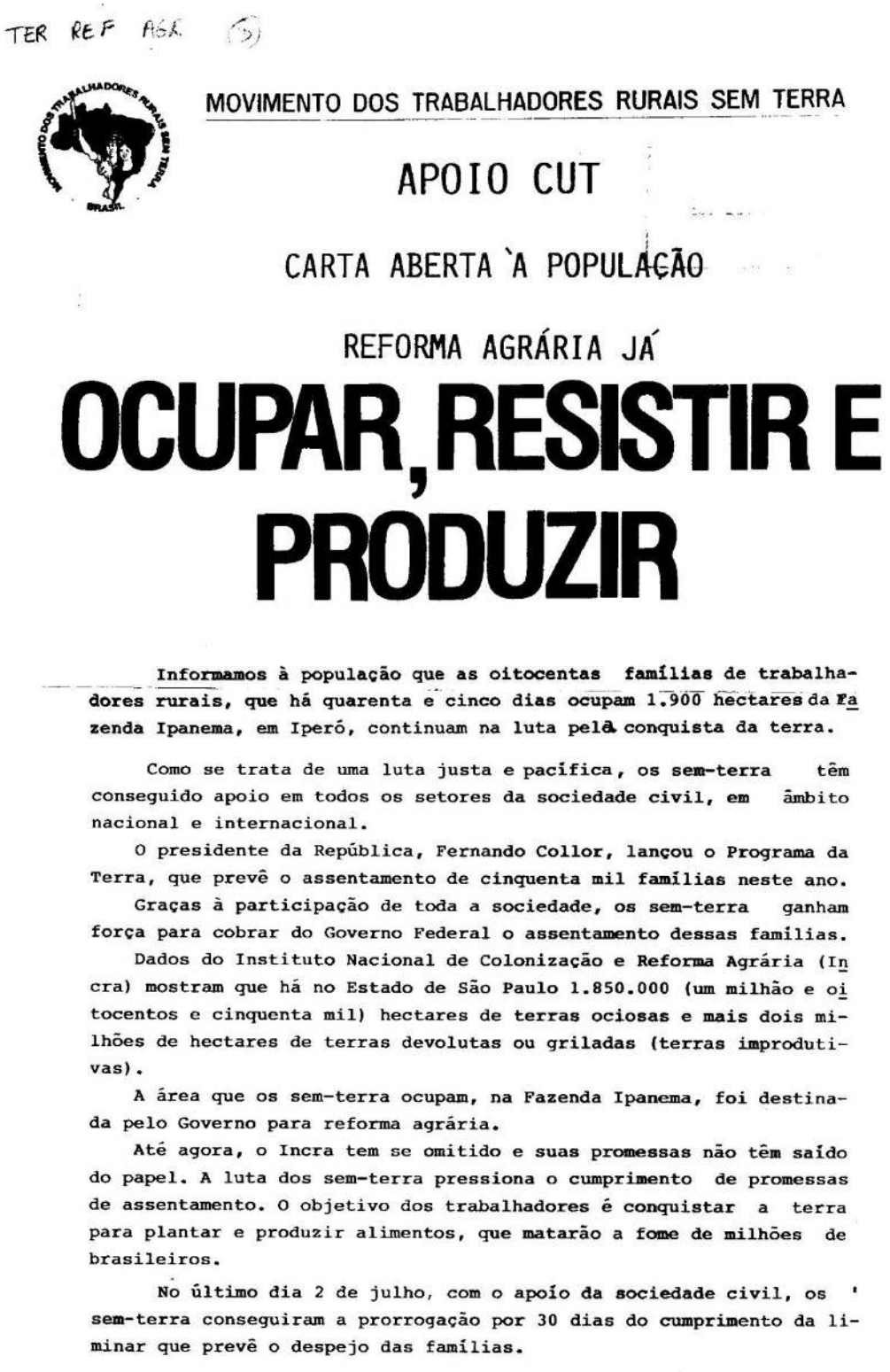
O MST viabiliza discutir com os alunos o conceito de movimentos sociais e, a partir disto, compreender a luta por direitos sociais desse grupo específico. Ou seja, é possível trabalhar com conceitos como a propriedade privada da terra, a justiça social e a reforma agrária. Isto porque as próprias bandeiras de lutas do Movimento possibilitam uma série de debates e discussões passíveis de construção do conhecimento escolar. Uma aula utilizando materiais produzidos pelo Movimento admite o questionamento sobre a concentração fundiária brasileira, a exploração da população do campo, a marginalização dos trabalhadores rurais, bem como a violência no campo. Tais questionamentos podem, inclusive, ser transversalizados em distintos recortes temporais como: a colonização do Brasil, a Lei de Terras (1850), a constituição do poder dos "coronéis", a modernização conservadora durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil, entre outros. E podem, ainda, ser aproximados para o tempo presente e a partir da intensificação da concentração fundiária e da exploração da população do campo pelos grandes proprietários de terras, e também da expulsão compulsória deles pela chegada de grandes empresas transnacionais ao campo.

Assim, por ser um movimento atuante no presente, em escala nacional, permite ainda um diálogo com a História Pública e a construção de um olhar crítico sobre as informações que são veiculadas a respeito do Movimento. Contraria ao mesmo tempo uma suposta tradição de passividade e anomia do povo brasileiro e a de que a produção de alimentos, a produção agrícola decorre somente dos grandes agronegócios.

As pastas consultadas do Movimento foram: Análises estruturais e conjunturais (MSPP/ns.MST.a), que serviu para construir o texto do material, aproximando a própria concepção e o olhar do Movimento sobre a questão agrária no Brasil; Congressos (MSPP/ns.MST.con), que permitiu entender e levar para o texto as demandas e objetivos do Movimento, retratados nos seus eventos; Direitos Humanos (MSPP/ns.MST.dh), que trata do Massacre de Eldorado dos Carajás (PA, 1996); Educação (MSPP/ns.MST.ed), da qual foram retirados alguns textos para mostrar como o Movimento trabalha a partir seus símbolos (hino, bandeira, palavras de ordem) com a juventude sem terra. Além dessas, foram consultadas as pastas: Formação Política (MSPP/ns.MST.fp); História (MSPP/ns.MST.hi); e Ocupações (MSPP/ns.MST.oc).

A seguir, alguns dos documentos selecionados para a construção de atividades para a Educação Básica:

Figura 5. Carta aberta à população – Reforma Agrária Já – Ocupar, Resistir e Produzir (MST, 1981) – Página 1. Pasta: MSPP/ns.MST.oc



TER REF AGR (5)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

APOIO CUT

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

REFORMA AGRÁRIA JÁ

OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR

Informamos à população que as oitocentas famílias de trabalhadores rurais, que há quarenta e cinco dias ocupam 1.900 hectares da Fazenda Ipanema, em Iperó, continuam na luta pela conquista da terra.

Como se trata de uma luta justa e pacífica, os sem-terra têm conseguido apoio em todos os setores da sociedade civil, em âmbito nacional e internacional.

O presidente da República, Fernando Collor, lançou o Programa da Terra, que prevê o assentamento de cinquenta mil famílias neste ano.

Graças à participação de toda a sociedade, os sem-terra ganham força para cobrar do Governo Federal o assentamento dessas famílias.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que há no Estado de São Paulo 1.850.000 (um milhão e oitocentos e cinquenta mil) hectares de terras ociosas e mais dois milhões de hectares de terras devolutas ou griladas (terras improdutivas).

A área que os sem-terra ocupam, na Fazenda Ipanema, foi destinada pelo Governo para reforma agrária.

Até agora, o Incra tem se omitido e suas promessas não têm saído do papel. A luta dos sem-terra pressiona o cumprimento de promessas de assentamento. O objetivo dos trabalhadores é conquistar a terra para plantar e produzir alimentos, que matarão a fome de milhões de brasileiros.

No último dia 2 de julho, com o apoio da sociedade civil, os sem-terra conseguiram a prorrogação por 30 dias do cumprimento da liminar que prevê o despejo das famílias.

Figura 6. Carta aberta à população – Reforma Agrária Já – Ocupar, Resistir e Produzir (MST, 1981) – Página 2. Pasta: MSPP/ns.MST.oc

Nesse período, o INCRA terá que encontrar uma solução para o assentamento das famílias, que continuam precisando de apoio, principalmente contribuições em alimentos.

Já há dificuldades para a alimentação. Crianças e adultos poderão passar fome, se o governo não apresentar uma solução com urgência.

Asseguramos que esta luta é pacífica. As fotos divulgadas em jornais, onde os sem-terra aparecem com braços levantados, segurando foices, simbolizam o trabalho de cultivo da terra. Os braços são para trabalhar. As foices, enxadas e facões são instrumentos de trabalho.

Os sem-terra convidam toda a população para visitar o acampamento.

Enquanto o Governo Federal patina no imobilismo e nas denúncias de corrupção, a classe trabalhadora assume os seus compromissos de luta por melhores condições de vida e de trabalho. E assim, traça os rumos da sua história.

A terra é para quem nela trabalha.

FAZENDA IPANEMA, NA LEI OU NA MARRA

ASSINAM ESTA CARTA AS SEGUINTES ENTIDADES E PARTIDOS:

- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)
- Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba
- Sindicato dos Condutores de Sorocaba
- Sindicato dos Químicos de Sorocaba
- Apeoesp (Sindicato dos Professores)
- Sindicato dos Têxteis de Sorocaba
- Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde)
- Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação de Sorocaba
- Sindicato dos Frentistas de Sorocaba
- Sindicato do Papel e Papelão de Sorocaba
- Sindicato dos Hoteleiros de Sorocaba
- Sindicato dos Metalúrgicos de Itu
- Sindicato dos Metalúrgicos de Salto
- Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Salto
- Pastoral Operária de Sorocaba
- Pastoral do Menor de Sorocaba
- Pastoral Social São Francisco de Assis (Sorocaba)
- Movimento Nacional dos Meninos de Rua
- Solidariedade Popular de Sorocaba
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Juventude Operária Católica (JOC)
- Partidos: PT, PSB, PCdoB e PPS.

Figura 7. Cartaz – 10 anos de Eldorado dos Carajás



Figura 8. Hino do MST – retirado do Boletim de Educação no 2, de janeiro de 1993. Pasta: MSPP/ns.MST.ed

HINO DO MOVIMENTO SEM TERRA

Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos
punho erguido
nossa força nos leva a edificar
nossa pátria
livre e forte
construída pelo poder popular

Braço erguido ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária e camponesa
nossa estrela enfim triunfará!

Conjunto Documental 3. Marcha das Margaridas

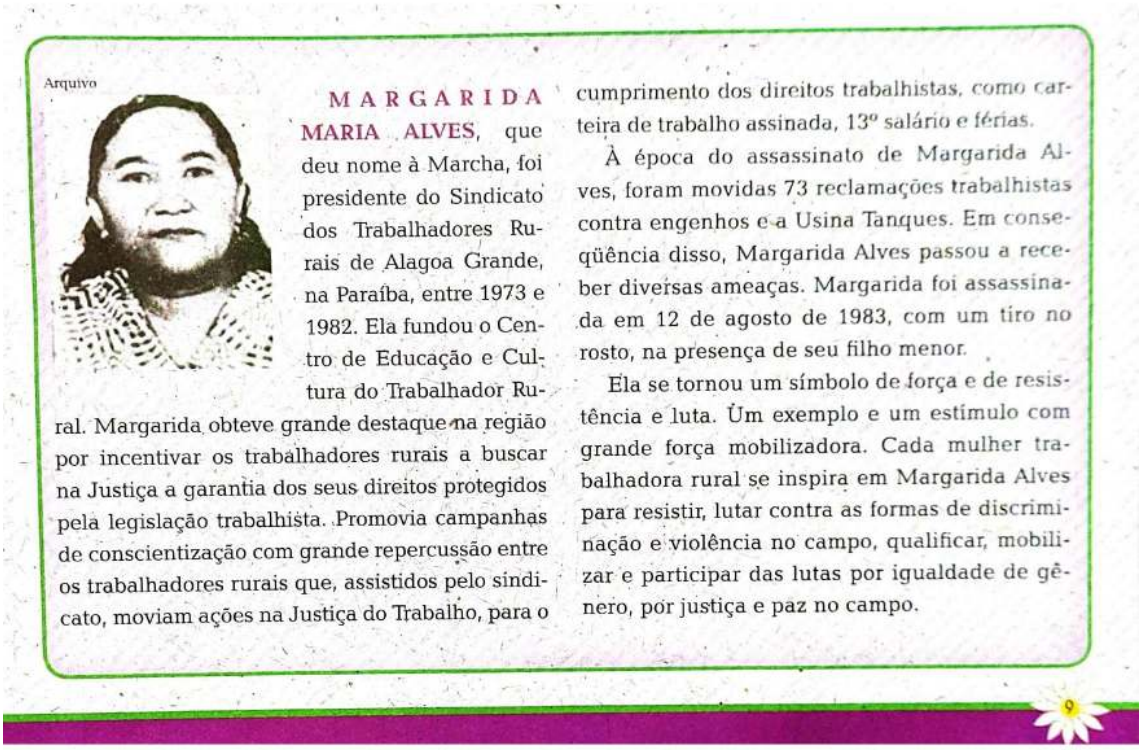
A Marcha é uma grande mobilização que busca fortalecer e ampliar a organização sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais. Trabalhar com a Marcha em sala de aula permite trabalhar com questões de gênero e das lutas das mulheres, no Brasil, e, neste contexto, com a sua participação em movimentos sociais e sindicais. Trata-se de levar para sala de aula debates que retratem que, apesar da pressão social em manter a figura feminina dentro do ambiente do lar, as mulheres, historicamente, ocupam espaços de luta na sociedade brasileira. Nos anos 1980, no Brasil, as mulheres trabalhadoras se engajaram na luta pelo direito de serem sindicalizadas, reivindicação que se ampliou para conquistar voz e voto nos sindicatos e, depois, nos anos 1990, para conquistar cotas nos postos de direção e deliberação dos sindicatos. Em 1993, foi implementada uma política de cotas de, no mínimo, 30% de mulheres nas direções sindicais – decisão tomada na IV Plenária Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, e contou com a participação de cerca de 20 mil mulheres. Foi a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. Organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em parceria com centrais sindicais, organizações internacionais e movimentos sociais, seu nome homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983 por um matador de aluguel a mando de fazendeiros da região. Nesse sentido, a Marcha permite discutir as questões identitárias, além das de classe. Como afirma Hall (2002), o deslocamento/fragmentação das identidades tem características positivas, pois abre a possibilidade de novas articulações. O feminismo emerge nos anos 1960, juntamente com movimentos estudantis, contraculturais e antibelicistas. Abriu para a contestação política a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, em um movimento de politizar a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. No contexto deste trabalho, permite complexificar a produção do conhecimento escolar.

Os documentos retirados do acervo do NMSPP estão inseridos na pasta sobre a Marcha das Margaridas, que pertence ao conjunto Sindicalismo Rural e série Sistema Contag (MSPP/sr.SC.c.mm). Eles retratam as bandeiras de lutas, pautas defendidas e o histórico da Marcha. Trazem ainda informações sobre quem foi Margarida Maria Alves, bem como a historicidade da luta das mulheres por demandas específicas de gênero.

A seguir, alguns dos documentos selecionados para a construção de atividades para a Educação Básica:

Figura 9. Box informativo sobre quem foi Margarida Maria Alves presente na publicação Revista da Marcha 2007, da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, de março de 2008. Pasta: MSPP/sr.SC.c.mm



Arquivo

MARGARIDA MARIA ALVES, que deu nome à Marcha, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, entre 1973 e 1982. Ela fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Margarida obteve grande destaque na região por incentivar os trabalhadores rurais a buscar na Justiça a garantia dos seus direitos protegidos pela legislação trabalhista. Promovia campanhas de conscientização com grande repercussão entre os trabalhadores rurais que, assistidos pelo sindicato, moviam ações na Justiça do Trabalho, para o cumprimento dos direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, 13º salário e férias.

À época do assassinato de Margarida Alves, foram movidas 73 reclamações trabalhistas contra engenhos e a Usina Tanques. Em conseqüência disso, Margarida Alves passou a receber diversas ameaças. Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983, com um tiro no rosto, na presença de seu filho menor.

Ela se tornou um símbolo de força e de resistência e luta. Um exemplo e um estímulo com grande força mobilizadora. Cada mulher trabalhadora rural se inspira em Margarida Alves para resistir, lutar contra as formas de discriminação e violência no campo, qualificar, mobilizar e participar das lutas por igualdade de gênero, por justiça e paz no campo.

9

Figura 10. Texto sobre o envolvimento das mulheres na luta por melhores condições de trabalho, retirado da publicação Revista da Marcha 2007, da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, de março de 2008. Pasta: MSPP/sr.SC.c.mm



Articulações históricas

Arquivo Contag

Elizabeth Teixeira (foto) participou das Ligas Camponesas.

Mesmo com uma expressividade maior para as mulheres no mundo sindical e da política a partir de 1980, as lutas das brasileiras por melhorias nas condições de trabalho e igualdade de gênero começaram ainda no Brasil Colônia. Ao resgatar a história, surgem nomes como o de Aqualtune – uma princesa negra do Congo, transformada em escrava no Brasil, que organizou a fuga de muitos escravos de Porto Calvo para o Quilombo de Palmares (AL) –, Maria Bonita, Zeferina, entre outras.

Um estudo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher revelou que, em 1906, as trabalhadoras, em maioria nas fábricas, explicitavam sua luta pela redução da jornada de trabalho, por melhorias salariais e pelo fim da exploração, também sexual, no jornal A *Terra Livre*. Nessa época, promoveram paralisações e greves por todo o País.

Um fato curioso é que os censos do início do século XX revelaram que, à medida que a indústria se consolidava no Brasil, os postos de trabalho ocupados por mulheres diminuíam. Em direção contrária, a participação da trabalhadora rural em atividades agrícolas, entre 1920 e 1940, aumentou 472%.

MESMO COM NÚMERO REDUZIDO, até mesmo pela dificuldade da dupla jornada de trabalho, há registros da participação feminina em sindicatos e congressos operários no início do século XX. Na área urbana, as mulheres também organizaram sindicatos próprios, especialmente no setor têxtil. Elizabete Teixeira foi uma das primeiras mulheres que marcou história nos movimentos do campo. Ela participou da fundação das Ligas Camponesas em Sapé (PB).

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (Máster), na Região Sul, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e as Ligas Camponesas do Nordeste deram origem à Contag, em 1963. Dois anos antes, em 1961, porém, as mulheres já participavam do primeiro *Congresso nacional dos lavradores e trabalhadores agrícolas*, em Belo Horizonte. Na ocasião, urbanas e rurais se articulavam para reivindicar direitos em defesa da reforma agrária, da previdência social, da educação e da saúde pública.

10

Figura 11. Texto sobre o conceito de "soberania popular", retirado do Caderno de Formação 1 para a Marcha das Margaridas de 2019.

O QUE É SOBERANIA POPULAR?

Soberania popular diz respeito à capacidade do povo exercer o seu poder para decidir sobre as grandes questões que afetam os rumos do desenvolvimento de um país e, portanto, a sua vida, o seu cotidiano.

Se o povo não pode participar das decisões políticas que irão atingir as suas vidas, ele não está exercendo a sua soberania.

Quando a Marcha das Margaridas expressa o seu desejo de um Brasil com soberania popular, ela reafirma a participação do povo na tomada de decisões importantes para o País. Ela está assumindo o compromisso com a soberania, que é a conquista pelo povo brasileiro da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los.



A soberania popular é fundamental para que exista uma verdadeira democracia, aquela que se importa em saber exatamente o que pensam os eleitoras(es) e o povo, e seguir a sua vontade.

6

#RUMOAMARCHADASMARGARIDAS2019

Conclusões

A análise sobre a documentação do acervo do NMSPP demonstra a possibilidade e a importância de levar parte dela para sala de aula. Documentação produzida por movimentos sociais e por pesquisadores desses movimentos, a fim de desfazer a distância entre esses universos e o universo da Educação Básica. A transformação desses documentos em fontes para o aprendizado escolar mostra a possibilidade de romper com um currículo que funciona como violência simbólica via visibilidade negativa de tais atores sociais ao não articular os conhecimentos e lutas presentes nessas histórias. Ainda que esses sujeitos e histórias não apareçam em sua especificidade em diretrizes curriculares oficiais como a BNCC, é possível recorrer a brechas presentes nesses textos.

Nas aulas de História, é importante o uso do conhecimento histórico, a partir de sua dimensão educativa, como forma de inserir os alunos no universo do fazer historiográfico e do desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre o mundo. As fontes históricas aparecem com o objetivo de dinamizar e ressignificar o ensino de História, voltar discentes a uma "atitude historiadora" (Ralejo *et al.*, 2021), entender o que são fontes históricas, a multiplicidade das vozes presentes numa sociedade e o que perpassa o processo de tornar o passado inteligível.

Nesse contexto, à medida que as lutas das populações do campo dentro de sala de aula são qualificadas, é possível apresentar uma manifestação contrária à reprodução de um sistema que garante uma assimetria de poder entre grupos sociais, e igualmente permite que – por meio da educação – se conteste as desigualdades sociais que esses movimentos sociais escancaram. Trata-se de promover a inclusão discursiva de sujeitos e identidades silenciados e negados ao longo do processo de escolarização (Ralejo *et al.*, 2021). Dessa forma, pode-se seguir em direção ao que Saviani (1999) discorre como uma pedagogia revolucionária que, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular.

A documentação produzida pelos movimentos sociais do campo representa uma memória viva e vivida, podendo ser utilizada para dinamizar a aprendizagem dos conteúdos históricos, mas também para a construção de um saber crítico contextual. Proporciona aos alunos o estabelecimento de uma relação identitária, na qual os discentes são envolvidos no processo de análise das fontes e entram em contato com a memória relatada pelas pessoas. A própria análise da documentação faz parte do processo de ensino-aprendizagem a partir de reflexões, conexões e problematizações que, como conceituam Ralejo *et al.*, (2021), desenvolvem "práticas de letramento" realizadas mediante seu uso.

Referências bibliográficas

BEHLING, Herman et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In.: PILLAR, Valério de Patta et al. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Editores. Brasília: MMA, 2009.

ARAÚJO, C. M. de. Uma outra história possível? O saber histórico escolar na perspectiva intercultural. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. (Orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum (BNCC)*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 7 set. 2023.

CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular 2012.

COSTA, L. C. da S. **Quilombo de Caveira**. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Vozes, 2000.

GABRIEL, C. T. O "outro" como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. (Orgs.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020. p. 287-311.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. T. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONTEIRO, A. M. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: MONTEIRO, A. M. **Professores de história:** entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 81-111.

MONTEIRO, F. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 27,

n. 1, p. 313-322. Disponível em: https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476/475. Acesso em: 12 set. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, dez. 1989.

PEREIRA, N. M.; RODRIGUES, M. C. de M. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 107, 2018.

PERES, G. A. M. **O desafio da mudança: educação quilombola e luta pela terra na comunidade quilombola Caveira do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 107-130.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. BNCC e ensino de história: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77056, 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas: São Paulo, Autores Associados, 1999.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.

STÉDILE, J. P. (Org.).; ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Adriana Mastrangelo Ebecken
Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) e pós-graduada (lato sensu) em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ensino de História pelo programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade Federal.
E-mail: dricaebecken@yahoo.com.br
ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/2409824372167984
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1096-2348